



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO - PTN**



**REQUERIMENTO N.º RQ 1553 /2016**  
**(Do Sr. Deputado RODRIGO DELMASSO)**

**L I D O**

Em, 08 / 03 / 16

Secretaria Legislativa

**Requer o encaminhamento de solicitação de informações a Secretaria de Estado de Saúde, sobre investimentos na área da Saúde do Distrito Federal.**

**Excelentíssima Senhora Presidente da Câmara Legislativa do Distrito Federal:**

Requeiro, nos termos dos arts. 15, III; 39, § 2º, XII; e 40 do Regimento Interno desta Casa Legislativa, que seja solicitado ao Secretário de Saúde, informações sobre investimentos na área da saúde pública do Distrito Federal.

**JUSTIFICAÇÃO**

Conforme foi noticiado em veículo de comunicação segundo pesquisa do Conselho Federal de Medicina, apontou que o Distrito Federal é unidade da Federação que mais investe, por habitante, em saúde pública, <http://www.metropoles.com/distrito-federal/saude-df/estudo-mostra-que-gasto>, (anexo).

Setor Protocolo Legislativo

RQ Nº 1553/2016

Folha Nº 01 Paula

Mesmo o governo local desembolsando milhões a realidade enfrentada pelos pacientes diariamente não condiz com os dados apresentados, a matéria informou que a pesquisa realizada pelo Conselho Federal de Medicina conclui que o

SECRETARIA LEGISLATIVA 08Mar2016 15:11  
Edlyne Z. Silva



problema da saúde do DF nem sempre é a falta de dinheiro, mas a carência principal é de uma gestão.

As reclamações da população são diversas e permanecem as mesmas, falta de medicamentos, insumos, equipamentos continuam quebrados, cirurgias sendo canceladas, etc., a cada dia a situação é pior.

A Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art.78, VIII, enfatiza que:


“Art. 78 O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:

(...)

VIII – prestar informações solicitadas pela Câmara Legislativa ou por qualquer de suas comissões técnicas ou de inquérito sobre a fiscalização contábil, financeira, orçamentária operacional e patrimonial e sobre resultados de auditorias e inspeções realizadas”.

Sabidamente a saúde pública tem passado por inúmeras privações, bem como tem sofrido diuturnamente com a má gestão, o que tem ocasionado grande prejuízo a toda comunidade que na grande maioria das vezes fica frustrada ao buscar atendimento na Rede Pública de Saúde, seja por falta de médico, aparelhagem para realização de exames de natureza essencial, como também por falta de medicamentos e utensílios mínimos.

Salutar registrar o prelecionado pela Constituição Federal, em seus arts. 6º e 196, os quais dispõe que a saúde constitui direito de natureza fundamental, ficando o Estado incumbido de garantir o pleno exercício deste direito por meio da oferta de políticas públicas capazes de prover à comunidade distrital de um sistema de saúde adequado que coopera para a redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde da comunidade.

Cabe aqui realçar que o acesso à saúde deve ser tratado como objetivo prioritário do Estado, conforme preleciona a Lei Orgânica do Distrito Federal, em seu art. 3º, incisos III, IV, V e VI, in verbis: 



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO - PTN**



Art. 3º São objetivos prioritários do Distrito Federal:

(...)

III – preservar os interesses gerais e coletivos;

IV – promover o bem de todos;

V – proporcionar aos seus habitantes condições de vida compatíveis com a dignidade humana, justiça social e o bem comum;

VI – dar prioridade no atendimento das demandas da sociedade nas áreas de educação, saúde, trabalho, transporte, segurança pública, moradia, saneamento básico, lazer e assistência social.

Importa mencionar que constitui papel do Estado garantir a prestação adequada dos serviços públicos, em especial no tocante a oferta de um sistema de saúde eficiente que promova a assistência integral a tratamentos, consultas, cirurgias, diagnósticos, prevenção de doenças e oferta de medicamentos.

Diante do exposto solicito informações a respeito da matéria que aponta sobre a má gestão na área da saúde, quais providências estão sendo tomadas para sanar todas pendências e assim garantir um atendimento digno a população do Distrito Federal.

Importante salientar que é função típica desta Casa de Leis a fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial do Distrito federal, conforme estatui o art. 77 da LODF:

**Art. 77. A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Distrito Federal e das entidades da administração direta, indireta e das fundações instituídas ou mantidas pelo Poder Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de subvenções e renúncia de receitas, será exercida pela Câmara Legislativa, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno de cada Poder.**

Setor Protocolo Legislativo

RQ Nº 1553/2016

Folha Nº 03 Paula



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL  
GABINETE DO DEPUTADO RODRIGO DELMASSO - PTN**



***Parágrafo único.*** Deve prestar contas qualquer pessoa física ou jurídica pública ou privada que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais o Distrito Federal responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.

Ante o delineado e, também, diante da prerrogativa desta Câmara Legislativa de fiscalizar os atos do Poder Executivo, rogo, com esteio no art. 3º, IX, c/c o art. 60, XVI, da Lei Orgânica do Distrito Federal, o auxílio dos nobres Parlamentares no sentido de ser aprovada a presente Proposição.

Sala das Sessões, em.....

  
**Deputado RODRIGO DELMASSO  
PTN/DF**

Senor Protocolo Legislativo

RQ Nº 1553/2016

Folha Nº 04 Paula



## DF é a unidade da Federação que mais investe em saúde, mas falta gestão

*Segundo pesquisa do Conselho Federal de Medicina, o governo local desembolsou, em 2014, R\$ 1.194,02 por brasiliense. Para especialistas, levantamento evidencia problemas na administração da rede pública*

LETICIA CARVALHO 29/02 23:16 , ATUALIZADO EM 29/02 23:24

Setor Protocolo Legislativo

RQ Nº 1553 / 2016

Folha Nº 05 *Paula*

**E**studo do Conselho Federal de Medicina (CFM) divulgado nesta segunda-feira (29/2) aponta que o Distrito Federal é a unidade da Federação que mais investe, por habitante, em saúde pública. Segundo o documento, o Governo do DF desembolsou, em 2014, R\$ 1.194,02 por brasiliense. No mesmo dia em que o CFM anunciou o levantamento, a Secretaria de Saúde informou que a capital receberá três novas Unidades Básicas de Saúde (UBS) e, apesar dos investimentos, a realidade enfrentada pelos pacientes diariamente não condiz com os dados apresentados. E o diagnóstico de especialistas ouvidos pelo **Metrópoles** é claro: nem sempre a falta de dinheiro é o maior problema. Muitas vezes, a carência principal é de uma gestão eficiente.

***O caos na saúde está relacionado ao modelo e à administração empregados nas unidades hospitalares. Apesar dos dados apontados pelo CFM, no DF, a atenção básica tem recebido muito pouco cuidado. Não há diálogo entre a atenção básica e os outros níveis. Em estados do Sul, por exemplo, os governos deram prioridade a essa área, e a saúde de lá apresentou significativas melhorias"***

*Helena Eri Shimizu, especialista em administração hospitalar e de sistemas de saúde da Universidade de Brasília (UnB)*

A monitora escolar Eden Lúcia de Fátima, 43 anos, é um exemplo dessa situação. Ela esteve durante 25 dias ao lado do tio, no Hospital de Base, aguardando uma cirurgia para colocação de um marcapasso no coração do idoso, de 87 anos. Na última sexta-feira (26/2), ele foi submetido ao procedimento, mas Eden Lúcia está decepcionada: "Achávamos que colocariam o aparelho definitivo. Mas disponibilizaram um provisório. Teremos que esperar novamente".

No início deste mês, o **Metrópoles** mostrou o drama dos pacientes que aguardam em uma fila de espera o implante do equipamento (<http://www.metropoles.com/distrito-federal/saude-df/hospital-de-base-do-df-esta-sem-marcapasso-e-pacientes-sofrem-a-espera-de-cirurgia>). A Secretaria de Saúde informou que recebeu 248 kits na quarta-feira da semana passada (24). O investimento foi de R\$ 841.555,64. Esse quantitativo, de acordo com a pasta, é suficiente para cerca de cinco meses, se mantida a média mensal de 50 cirurgias. "Aqui falta administração. Se o diretor do hospital tivesse feito o pedido antes de o aparelho acabar, não teríamos que passar por isso", lamenta Eden.

Setor Protocolo Legislativo

RR Nº 1553/2016

Folha Nº 05 16250 *Paula*

## Rede inchada

O estudo do CFM contou com o apoio da ONG Contas Abertas. O secretário-geral da organização, Gil Castelo Branco, explicou que Brasília vive uma situação atípica em relação às outras unidades do Brasil. “O DF atrai pacientes de vários municípios vizinhos que não têm hospitais e postos de saúde. Esses locais só possuem ambulâncias para transferir a população para a capital”, comenta. O economista esclareceu que o estudo dividiu o valor pela população de todas as regiões administrativas. De acordo com ele, se fossem considerados todos os usuários da rede — incluindo quem vem do Entorno —, a cifra de R\$ 1.194,02 per capita seria menor. Se o DF tem o maior investimento por habitante ([http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=25986:2016-02-18-12-40-34&catid=3](http://portal.cfm.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=25986:2016-02-18-12-40-34&catid=3)), na outra ponta está o Pará, com R\$ 270,87.

A Secretaria de Saúde não havia comentado a pesquisa até a publicação desta reportagem.

## Novas Unidades Básicas de Saúde

Os contratos para a construção de três novas UBS com as empresas vencedoras da licitação foram assinados pelo secretário da Secretaria de Saúde, Fábio Gondim, nesta segunda-feira (29). O Ministério da Saúde liberou R\$ 1,9 milhão para as obras. “Essa assinatura viabiliza a construção de três UBSs onde há carência de assistência, que são os condomínios Pôr do Sol e Sol Nascente, em Ceilândia, e uma em Samambaia”, diz Gondim. Ele afirma que este é um convênio antigo, que estava engavetado e agora será concretizado.

Além do repasse do Ministério da Saúde, a secretaria ainda empenhou R\$ 6.944.378,99 para a construção das três unidades. A pasta tem cinco dias úteis para a publicação do extrato dos contratos no Diário Oficial do DF para que as obras sejam iniciadas.

m

Setor Protocolo Legislativo  
RD Nº 1553/2016  
Folha Nº 06 Paula



## CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

Unidade responsável: Secretaria Legislativa

**Assunto: Distribuição do Requerimento nº 1.553/16.**

**Autoria: Deputado (a) Rodrigo Delmasso (PTN)**

Ao SPL para indexações, em seguida ao Gabinete da Mesa Diretora para as providências de que trata o Art. 40, I do Regimento Interno, observado o prazo disposto no § 2º do mesmo artigo.

Em 09/03/16

---

MARCELO FREDERICO M. BASTOS

Matrícula 13.821

Assessor Especial

Setor Protocolo Legislativo  
RQ Nº 1553/2016  
Folha Nº 07 Paula